

Mais Defensorias Públicas para a população

Como relator de projeto do Executivo, que prevê um maior número de Defensorias Públicas e funcionários para atender a demanda da população, o senador Antonio Carlos Valadares (SE), líder do PSB no Senado, foi à tribuna nesta quarta-feira (12) fazer um veemente apelo aos demais senadores, para que a matéria possa ser votada rapidamente.

"A Defensoria Pública é ainda a instituição menos estruturada da Justiça e é nosso dever corrigir essa distorção, pois ela é o órgão destinado ao atendimento da população pobre, ainda maioria no Brasil, e não há como se falar em cidadania sem a Defensoria", justifica Valadares.

Em seu discurso, Valadares comentou que modernização e expansão da Defensoria Pública, além de melhor atender ao público, faz parte da Reforma Infraconstitucional do Judiciário, prevista no Pacto Republicano assinado pelos chefes dos Três Poderes e decorre da necessidade de se adequar a legislação à Emenda Constitucional 45, de 2004, conhecida como Reforma do Judiciário.

Ainda, na visão do senador sergipano, é de grande importância a aprovação do projeto, pois, entre outras necessidades, faltam defensores públicos em 60% das cidades brasileiras, "ficando grande parcela da população pobre, que não tem condições de pagar a um advogado, sem defesa em suas questões judiciais", conclui.

O Projeto de Lei Complementar, PLC 137/2009, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, restando agora sua apreciação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) e, posteriormente, pelo Plenário da Casa.

"Espero que a CCJ possa votar o projeto na próxima semana e, logo em seguida, o plenário do Senado retribuir ao Brasil o voto do eleitorado e ficar mais próximo da população, porque é o trabalho de votar matérias importantes para o cidadão que a sociedade espera de nós", afirma o líder do PSB no Senado.

Em comentário à crise enfrentada pela Casa, Antonio Carlos Valadares aponta como saída o real cumprimento do papel de legislador, que este execute o trabalho para o qual foi eleito, com a celeridade necessária e, paralelamente, Valadares defende a realização de investigações das denúncias existentes.

Casagrande quer apreciação em Plenário de recursos contra Sarney

O senador Renato Casagrande (ES) defendeu, nesta quarta-feira (12), a apreciação pelo Plenário dos recursos impetrados junto ao Conselho de Ética solicitando o exame das denúncias contra o presidente José Sarney (PMDB-AP), caso sejam rejeitados pelo colegiado.

"Caso esses procedimentos não sejam adotados [no Conselho de Ética] com relação a essas representações, ficaremos com um assunto mal resolvido, com um machucado mal cicatrizado, com uma sujeira debaixo do tapete. Não teremos a resposta que a sociedade precisa. Esse Plenário, de forma soberana, decidirá qual o caminho vai querer seguir com relação a essas representações e a esse caminho que estamos vivendo", sustentou.

Destacando a importância do Senado como Casa revisora dos projetos aprovados pela Câmara dos Deputados - onde nem sempre as decisões, em sua opinião, são equilibradas em razão da possibilidade de prevalência de interesses de estados com maior representação - Renato Casagrande considerou fundamental a adoção de medidas visando ao fortalecimento da representação política no Senado, bem como ao aumento da transparência em sua administração.

Para o senador capixaba, é preciso melhorar transparência à gestão no Senado, sobretudo com relação à parte de execução orçamentária, dos contratos vigentes no Senado, dos servidores efetivos e comissionados.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) parabenizou Renato Casagrande pelo pronunciamento e descartou de forma peremptória a hipótese de um suposto acordo celebrado por seu partido com o PMDB, conforme noticiado pela imprensa, com o objetivo de preservar o mandato de Arthur Virgílio (PSDB-AM) e de Sarney.

Ao parabenizar Renato Casagrande pela sua constante atuação em defesa do Senado, Jarbas, Vasconcelos (PMDB-PE) defendeu a restauração da "dignidade" do Conselho de Ética. "O que fizeram com o Conselho de Ética está arrepiando o sentimento da opinião pública. Um Conselho de Ética que sequer admite receber denúncias para ter tramitação", afirmou.

Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para o risco de um acordo visando suspender as investigações contra Sarney piorar ainda mais a avaliação do Senado pela opinião pública.

(Com informações da Agência Senado)



Agência Senado